

# Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Servidores preparam onda de paralisações ..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Auxílio-doença do INSS sem perícia presencial chega ao fim ..... 5

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Suspensão de bloqueio de aposentadoria é prorrogada ..... 6

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Servidor federal aposentado tem até dia 31 para fazer prova de vida ..... 7

A GAZETA - MT - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Prazo para obter alguns abatimentos termina dia 31 ..... 8

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Contribuinte deve observar prazo para doação ..... 10

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - PAIS/MUNDO  
SEGURIDADE SOCIAL

Novas regras para se aposentar passam a vigorar em 2022 ..... 11

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Trabalhadores têm R\$ 23,5 bilhões para sacar do PIS ..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - CONCURSEIRO  
SEGURIDADE SOCIAL

Concursos 2022: especialista comenta o cenário e as expectativas para o próximo ano  
..... 14

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS  
SEGURIDADE SOCIAL

Informalidade avança no país ..... 16

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara avança em projetos setoriais, mas adia reformas ..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BNDES paga mais R\$ 3,5 bilhões em dívidas com Tesouro ..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

As holdings e os contratos de concessão - OPINIÃO JURÍDICA ..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Mais emprego, mas com menor renda ..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

<b>Golpe da central de atendimento falsa aumenta neste fim de ano, diz pesquisa</b> .....	<b>23</b>
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA	
<b>Lei orçamentária de 2022 antecipa debate eleitoral sobre teto de gastos</b> .....	<b>25</b>
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
<b>Juros mais altos já atingem consumidores</b> .....	<b>27</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
<b>Ipea vê dívida em queda até 2030, mas alerta para riscos</b> .....	<b>28</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS ECONOMIA	
<b>Empresas negociam com credores e escapam da recuperação judicial</b> .....	<b>30</b>
CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA ECONOMIA	
<b>Selic e risco de calote elevam juros ao consumidor</b> .....	<b>32</b>
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
<b>Moeda norte-americana fica estável frente ao real em sessão de baixa liquidez</b> .....	<b>33</b>

# Servidores preparam onda de paralisações

**CRISTIANE NOBERTO**

A batalha dos **servidores públicos** contra o Palácio do Planalto, após a inclusão de um reajuste salarial de R\$ 1,7 bilhão para policiais federais no Orçamento de 2022, terá mais um capítulo hoje. Nesta quarta-feira, a elite do funcionalismo se reúne para discutir uma greve geral. A intenção é pressionar por um aumento salarial para outras categorias. Os servidores do Banco Central, por sua vez, se preparam para apresentar um pedido geral de exoneração dos cargos comissionados. Eles pretendem repetir o movimento de protesto que ocorreu na **Receita Federal** na semana passada. Auditores fiscais abriram mão de mais de 700 cargos de chefia, com impacto nos serviços alfandegários do país.

De acordo com Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), o Orçamento Público aprovado pelo Congresso Nacional apresenta graves distorções, que precisam ser corrigidas. Ele cita as emendas de relator (RP9) e o Fundo Eleitoral. Nas contas de Marques, ao somar os dois valores, seria possível "uma recomposição salarial linear para os servidores civis na ordem de 10%".

O Fonacate concentra 37 associações e sindicatos de carreira de Estado, das quais 30 são a nata do funcionalismo, como diplomatas e peritos, bem como servidores do Tesouro Nacional, Controladoria Geral da União e da **Receita Federal**. As entidades reúnem mais de 200 mil **servidores públicos** associados.

O chefe da entidade considera a greve geral um instrumento para pressionar o governo. "Nossa mobilização vai questionar esse acréscimo de mais de R\$ 16 bilhões para o Orçamento secreto (por meio de emendas parlamentares) e mais de R\$ 4 bilhões para o Fundo Eleitoral. Erros como o governo federal está repetindo fizeram com que a rubrica de precatórios atingisse R\$ 89 bilhões. Algumas entidades já pensam em cobrar na Justiça a recomposição salarial anual prevista na Constituição Federal", afirmou Marques.

Os servidores do Judiciário compõem uma das categorias que avaliam levar à questão aos tribunais. Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF, afirmou que a possibilidade de acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) é iminente. "Já está deliberado no sentido que deveremos atuar, sim, por meio de judicialização, e vamos levar à categoria a proposta que sair amanhã com o Fonacate", disse.

De acordo com Costa Neto, as perdas salariais dos servidores já ultrapassam 50% em relação aos reajustes conquistados. A falta de previsão para a categoria no Orçamento gerou descontentamento geral. "É uma medida injusta e não condiz com a realidade, pois todos os **servidores públicos**, neste momento, estão com seus salários defasados em função da **inflação** galopante que estamos vivenciando no nosso país", afirmou.

Debandada

Os servidores do Banco Central, representados pelo Sinal, pretendem aderir à debandada de cargos de chefia tal qual fez a **Receita Federal** na semana passada. De acordo com Fábio Faiad, presidente da entidade, independentemente da paralisação ? que será definida na reunião de hoje ? os cargos de chefia serão entregues. "A ideia é sinalizar ao governo que não dá para continuar administrando o banco assim, pois a disparidade salarial é grande, e o pessoal está desmotivado", afirma o sindicalista.

"Os concursos para delegado e perito da Polícia Federal estarão muito mais atrativos, já a partir do ano que vem. Assim, os servidores do Banco Central ficarão mais desmotivados e vão fazer outro concurso e sair [do BC]. Vamos fazer uma lista de entrega [de cargos], vamos abrir mão de ajudar a administrar o banco, pois, dessa forma, não dá", frisou.

Segundo Faiad, a insatisfação entre os servidores pode comprometer 500 cargos de comissão gerencial. O presidente da entidade também considera possível uma judicialização, porém, uma batalha nos tribunais só deve ocorrer após esgotadas as tentativas de diálogo. "No último caso [vamos judicializar], porque a gente quer pressionar para que o reajuste seja para mais carreiras, a fim de atender a todas as pessoas. Esta é uma solução política", disse.

As paralisações nos órgãos federais afetam diretamente a máquina pública. No caso da **Receita Federal**, a mobilização dos servidores atinge alfândegas, portos, aeroportos e pontos de fronteira do país, gerando maior lentidão nas importações e exportações. Em nota divulgada ontem, o Sindifisco prevê maior demora no fluxo do comércio exterior do país. "Os auditores também concordaram em não participar de operações nem reuniões externas de trabalho. Além disso, serão suspensas as reuniões da Comissão Local de Facilitação do Comércio Exterior

(Colfac), com integrantes de vários órgãos governamentais e intervenientes do comércio exterior", informa o sindicato. "Em conjunto com as demais aduanas do país, que também estarão em operação-padrão, poderá ocorrer a lentidão na liberação de mercadorias e o desabastecimento no mercado", detalha a nota divulgada.

A revolta do funcionalismo começou após a aprovação do Orçamento de 2022, que direciona R\$ 1,7 bilhão para reajuste dos salários de policiais federais, civis e da polícia penal. A proposta é uma tentativa do presidente Jair Bolsonaro (PL) em manter o voto da categoria nas próximas eleições.

Procurados pela reportagem, o Ministério da Economia e a **Receita Federal** informaram que não irão comentar sobre o assunto de reajuste dos servidores. (Colaborou Jéssica Andrade)

# Auxílio-doença do INSS sem perícia presencial chega ao fim

**Clayton Castelani são Paulo \ Colaborou Cristiane Gercina**

A concessão do auxílio-doença do **INSS** sem a necessidade de realização de perícia médica presencial terminará nesta sexta-feira (31), último dia de vigência da regra criada pela lei 14.131/2021, a mesma que também ampliou a margem do empréstimo consignado a aposentados e pensionistas.

Recriada em março, a concessão do benefício com base na análise de laudo médico enviado pela internet é parte do pacote de medidas emergenciais adotadas no início de 2020 pelo governo federal de vido à pandemia da Covid-19.

Desta vez, porém, o **INSS** afirmou não ter informações sobre eventual relançamento do programa em 2022. O órgão disse apenas que manterá até sexta as liberações tendo como critério a análise da cópia da documentação médica enviada pelo segurado.

Isso não significa que os pedidos encaminhados por segurados dentro do prazo serão analisados de forma remota, sem o exame presencial, segundo Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário). "Quem já está incapacitado para o trabalho pode fazer o pedido até dia 31, enviando a cópia do relatório médico, mas, se o perito responsável pelo processo considerar que é necessário o comparecimento, o segurado vai ter que fazer o exame presencial." Na avaliação de Bramante, a análise a distância ainda pode ser recriada devido à possibilidade de alta nos casos de Co -vid-19. Para ela, o governo deveria tornar o programa permanente, reservando o exame físico do candidato ao benefício para casos necessários.

"A perícia por documento médico não deveria acabar de forma alguma. Se a pessoa tem um relatório médico de que quebrou a perna, não há motivo para ir à perícia mostrar a perna quebrada", diz.

Para o advogado previdenciário Rômulo Saraiva, o **INSS** também sai perdendo com o fim do serviço a distância, pois a carência de médicos peritos poderá gastar mais recursos e gerar demora no atendimento.

"O **INSS** já vem informatizando o seu atendimento a distância, o que atenuaria as filas nas agências. Caso

o médico sentisse a necessidade de fazer um atendimento pessoal, poderia convocar o segurado", diz Saraiva.

Segurados elegíveis ao auxílio-doença, oficialmente chamado de benefício temporário por incapacidade, devem estar preparados para entregar pessoalmente a documentação médica em uma unidade da Previdência, mesmo que o documento já tenha sido enviado pela internet.

O laudo médico é o documento essencial para a avaliação da incapacidade. O relatório deve ser legível, ter o número do CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças), carimbo do médico, data e descrição sobre a doença e os sintomas que resultam na incapacidade laboral.

Prorrogado prazo para prova de vida anual

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) prorrogou novamente os prazos para aposentados, pensionistas e outros beneficiários fazerem a prova de vida anual e só vai começar a bloquear benefícios que estiverem sem comprovação no mês de aniversário a partir de julho de 2022. Foi definido um novo calendário para os beneficiários que não realizaram o procedimento entre 2020 e 2021 (veja em [folha.com/1mvybonp](https://www.folha.com.br/1mvybonp))

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>

74

# Suspensão de bloqueio de aposentadoria é prorrogada

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) prorrogou mais uma vez a suspensão do bloqueio de aposentadorias por ausência de prova de vida. A portaria está publicada no Diário Oficial da União de ontem e altera para as datas de início do bloqueio dos pagamentos em caso de não realização da prova de vida definidas em ato anterior.

Segundo a nova medida, o segurado, aposentado ou pensionista do **INSS** só passará a ter o benefício suspenso a partir de julho de 2022, em caso de ausência de comprovação de vida do titular do benefício. A norma anterior previa o bloqueio já a partir de janeiro.

A prova de vida deverá ser realizada no mês de aniversário do titular do benefício em qualquer agência da instituição financeira responsável pelo pagamento do benefício.

"A partir de julho de 2022, em caso de ausência de comprovação de vida no mês de aniversário do titular do benefício, os créditos mensais da segunda e da terceira competências subsequentes serão encaminhados à rede pagadora com marca de bloqueio, inclusive para aqueles com mês de aniversário de janeiro a junho de 2022", diz o artigo 6º da portaria publicada ontem.

**Abrangência** Os titulares de benefícios cujo vencimento da última comprovação de vida for até a competência dezembro de 2021 deverão realizá-la de forma escalonada, antes da data de início de bloqueio, de acordo com cro-nograma divulgado junto com a portaria.

Segundo o **INSS**, em torno de 36 milhões de beneficiários devem realizar a prova de vida anualmente para continuar a receber seus benefícios.

Desde março de 2020, em razão da pandemia da covid-19, o instituto continuou a realizar os pagamentos, sem bloqueio, suspensão ou cessação do benefício no caso de não realização da prova de vida.

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20211229#page/1>

# Servidor federal aposentado tem até dia 31 para fazer prova de vida

**Economia**

**/  
Do R7**

Os aposentados e pensionistas do Poder Executivo Federal e anistiados políticos que não fizeram a prova de vida de janeiro de 2020 a setembro de 2021 têm até esta última semana do ano para realizar o procedimento e assim evitar que o benefício seja suspenso. Para esse grupo, a prova de vida deve ser feita até o próximo dia 31.

A prova de vida pode ser feita por meio do comparecimento do beneficiário em uma agência do banco onde recebe o pagamento, munido de documento de identificação com foto. No último dia do ano, só será possível fazer o processo digitalmente porque as agências bancárias estarão fechadas ao público.

A prova de vida digital está disponível para cidadãos com a biometria cadastrada no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) ou no Denatran (Departamento Nacional de Trânsito). Basta instalar o aplicativo gov.br no celular e validar o cadastro por meio do reconhecimento facial.

O fornecimento do comprovante da prova de vida e o acompanhamento da situação podem ser feitos por meio de outro aplicativo, o Sougov.br, desenvolvido exclusivamente para servidores ativos, aposentados e pensionistas da administração pública federal. Esse aplicativo também envia notificações para lembrar o servidor público inativo sobre o prazo para realizar o procedimento.

Por causa da pandemia de Covid-19, a prova de vida para os servidores inativos e os anistiados políticos ficou suspensa entre janeiro de 2020 e setembro de 2021. O procedimento voltou a ser exigido a partir de outubro deste ano, para os nascidos em novembro e em dezembro.

Para os aposentados e pensionistas do setor privado, que recebem pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), a prova de vida só voltará a ser obrigatória em janeiro de 2022.

Segundo o **INSS**, cerca de 3,3 milhões de pessoas podem ter o benefício suspenso se não regularizarem a situação no próximo ano.

Para os segurados da iniciativa privada, a prova de vida pode ser realizada nas agências do **INSS**, na agência do banco onde o segurado recebe seu pagamento ou por meio do aplicativo Meu **INSS**. Assim como no caso dos **servidores públicos**, a prova de vida digital também exige o cadastro da biometria facial cadastrada nos sistemas do Denatran ou do Tribunal Superior Eleitoral.

As pessoas acima de 80 anos ou com dificuldade de locomoção podem pedir a prova de vida no domicílio do segurado. Nesse caso, é necessário agendar um horário através da central 135 ou do aplicativo Meu **INSS**.

**Site:** <http://noticias.r7.com/economia/servidor-federal-aposentado-tem-ate-dia-31-para-fazer-prova-de-vida-29122021>

# Prazo para obter alguns abatimentos termina dia 31

**João Freitas**

Quem pretende contratar um plano de previdência privada pelo modelo Programa Gerador de Benefício Livre (PGBL) para ter direito ao abatimento de até 12% da renda bruta anual sobre o Imposto de Renda de 2022 tem poucos dias para realizar o processo. O prazo final para obter o desconto da tributação ou restituição de valores se encerra nesta sexta-feira (31).

Segundo o contador Paulo Motta, o plano é mais vantajoso que a poupança por estar relacionado à taxa básica de juros do Brasil.

Um ponto positivo para o contribuinte que opta pelo PGBL é o fato de não reter IR mensalmente. Para o especialista, o modelo é indicado para **servidores públicos** e trabalhadores com carteira assinada que investem com foco no longo prazo.

"É uma progressão geométrica. Considerando que o contribuinte faça uma aplicação de R\$ 100 mil a uma taxa mensal de 1%, ele terá R\$ 101 mil.

Nos meses seguintes, a taxa incidirá será sobre o aporte inicial e os rendimentos, provocando um efeito 'bola de neve' em cima do valor acumulado", explica Paulo Motta.

O contador destaca que a paciência é fundamental para o investidor que acaba escolhendo pelo plano PGBL com a tabela regressiva de tributação porque os ganhos tendem a ser mais elevados em função da diminuição da alíquota ao longo do tempo.

Para se ter uma ideia, o IR varia de 35% (se o resgate for feito em até dois anos) a 10% (se o saque for efetuado em 10 anos ou mais).

"Ou seja, quanto maior o período de aplicação, maiores serão os ganhos".

Por outro lado, o desconto progressivo de taxa pode ser uma alternativa mais viável para o investidor que pretende se aposentar com uma renda mensal de até quatro salários mínimos. Isso porque a alíquota do IR segue as mesmas regras aplicadas aos salários e aumenta conforme o valor resgatado.

No cálculo da renda bruta tributável, é preciso somar o

saque mensal do PGBL, a aposentadoria e outras eventuais fontes de renda.

Vale lembrar que o benefício não é válido para a declaração simplificada e também se aplica a quem já possui planos de previdência nesta modalidade.

No entanto, apenas novos aportes são considerados para o diferimento tributário.

Apesar de parecer um bom negócio, Paulo Motta conta que o PGBL não é tão procurado pelos interessados na aposentadoria, na empresa de contabilidade onde trabalha. "A maioria prefere fazer aplicações em títulos do tesouro nacional ou de renda fixa por serem mais seguros e conservadores", diz o contador.

Outra opção para fazer o "pé-de-meia", de acordo com o especialista, é o modelo Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Neste caso, a "mordida" do Leão é feita no momento do recebimento do benefício apenas sobre o rendimento ao longo do tempo, e não sobre o valor total acumulado, como ocorre no formato PGBL.

O VGBL é ideal para os trabalhadores que não contribuem para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) como os profissionais autônomos ou mesmo para quem faz a declaração completa, mas já utiliza todo o limite de deduções. "Para esses perfis específicos, é um recurso a mais para conseguir tirar o máximo de proveito e potencializar os ganhos".

É importante frisar que o cidadão deve ter atenção no momento de contratar o serviço de previdência privada, pois tanto o PGBL, como o VGBL cobram taxas de administração, carregamento e performance.

Esses recolhimentos podem comprometer a rentabilidade líquida do investimento e, conseqüentemente, o cumprimento dos objetivos previamente estabelecidos.

Boa ação Outra forma de abater parte do imposto de renda devido é destinar parte do Imposto de Renda a projetos sociais, culturais e desportivos.

Contudo, grande parte dessas ações deve ser tomada ainda neste ano, para que seja abatido na declaração de 2022. O prazo termina em 31 de dezembro.



Os incentivos à Cultura, a Atividades Audiovisuais e ao Desporto (com limite de doação individual de 3% do imposto retido e conjunto de 6%) e Pronas/PCD - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência e Pronon - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, com limite de dedução de 1%.

Já doações para o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso as doações podem ser feitas dentro do prazo de entrega da declaração de imposto de renda pessoa física (até 30 de abril de 2022, tendo o valor individual limitado a 3% e conjunto de 6%). O total que pode ser usado para dedução será de 8% do valor retido.

O diretor executivo da Confirp Consultoria Contábil, Richard Domingos, ressalta que a maioria da destinação de recursos devem ser feita até 31 de dezembro deste ano.

"Qualquer cidadão que tenha imposto de renda devido, poderá escolher um projeto (no limite do imposto relacionado no quadro acima) e depositar os valores que iriam direto para o Tesouro Nacional", explica.

Há ainda a possibilidade do contribuinte doar, diretamente na declaração de imposto de renda, ou seja, até 30/04/2022, recursos para fundos controlados por conselhos municipais, estaduais e nacionais do Idoso e do ECA com a limitação de 3% do imposto devido.

A lista dos fundos que podem receber o dinheiro do contribuinte aparece no próprio programa gerador da declaração, mas não é possível doar para uma entidade específica. Assim que a doação for selecionada, o sistema emitirá um Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), que precisa ser pago até o último dia de entrega da declaração, junto com o Imposto de Renda.

**Site:**

**<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10743>**

# Contribuinte deve observar prazo para doação

Faltando alguns meses para novo acerto de contas com o Leão, quem deseja fazer uso das doações incentivadas, ou seja, doar parte do Imposto de Renda devido, entre 6% e 8%, precisa estar atento, já que o prazo vai até amanhã. Conforme explica Evanir Aguiar, contador, mestre em Economia e diretor operacional da Fortus Group, "são dedutíveis as contribuições feitas ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Fundos Nacional, estaduais ou municipais, do Idoso, Fundo Nacional de Cultura, Incentivo à Atividade Audiovisual e Incentivo ao Desporto".

O somatório das doações destinadas a essas entidades está limitado a 6% do imposto devido, assinala Aguiar. Ele ressalta também que contribuições feitas a projetos de incentivo ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência e ao Incentivo ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica estão restritas a 1% do imposto devido e não estão sujeitas ao limite global. O prazo ainda poderá fazer na declaração de renda, sempre lembrando que deve ser pelo modelo completo, de forma direta na declaração, na qual poderá doar até 3% aos fundos da criança e adolescente e 3% ao Fundo do Idoso", orienta, observando que os percentuais são menores e o contribuinte pode indicar o município para o qual quer fazer a doação. Já quem tem imposto a restituir menor que o valor retido, igualmente poderá doar e receber junto com a restituição, ensina o contador.

Empresas também podem fazer doações a fundos e projetos, podendo ser de até 4% do imposto devido. Via de regra, só empresas tributadas pela forma de cálculo de **tributos** pelo lucro real é que têm essa possibilidade.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=10201>

# Novas regras para se aposentar passam a vigorar em 2022

A Nova Previdência trouxe uma série de modificações ao sistema pre-videnciário brasileiro. São novas idades de aposentadoria, novo tempo mínimo de contribuição e regras de transição para quem já é segurado, entre outras mudanças. Em 2022, novas regras passam a valer para requerer a aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), principalmente as relacionadas às transições, seja por pontos ou por idade mínima. Essas normas de transição são válidas para trabalhadores que já estavam no mercado de trabalho antes da promulgação da reforma da Previdência em novembro de 2019 - que passam a mudar de forma escalonada, ano a ano.

Em 2022, a idade mínima para a mulher se aposentar será de 61 anos e 6 meses. A idade do homem não sofre alteração: 65 anos.

Em 2023, quando o período de transição termina, todas as trabalhadoras terão que ter 62 anos para se aposentar.

# Trabalhadores têm R\$ 23,5 bilhões para sacar do PIS

**Luciana Lazarini**

Brasileiros que trabalharam com carteira assinada no período de 1971 a 4 de outubro de 1988 podem ter cotas do PIS para sacar na Caixa. Herdeiros de trabalhadores que tiveram emprego formal neste período também podem ter dinheiro para receber.

No país, 10,6 milhões de beneficiários ainda têm cotas do PIS/Pasep, o que soma um total de R\$ 23,5 bilhões esquecidos, segundo dados de novembro fornecidos pela Caixa, os últimos disponíveis.

Todos os trabalhadores que têm dinheiro esquecido podem sacar a cota pelo aplicativo FGTS, independentemente da idade. O dinheiro pode ser sacado por beneficiários que ainda não retiraram a cota do Pasep no Banco do Brasil (para quem era servidor público no período) ou do PIS na Caixa Econômica Federal, e que tiveram os valores transferidos ao FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Se o beneficiário morreu, o saldo pode ser retirado pelos herdeiros (veja abaixo os documentos exigidos). Segundo a Caixa, foram sacados R\$ 350,2 milhões por 244,8 mil trabalhadores ou herdeiros desde a migração do PIS/Pasep para o FGTS até novembro de 2021.?

As cotas são um benefício do antigo fundo PIS/Pasep, que foi incorporado pelo FGTS. O dinheiro existe porque até 1988 os empregadores fizeram contribuições recebidas pelo Fundo de Participação PIS/Pasep, que distribuía valores aos empregados na forma de cotas proporcionais ao salário e tempo de serviço. Onde sacar as cotas

Pelo aplicativo oficial do FGTS, disponível nas principais lojas de apps, o trabalhador pode sacar a cota e conferir o valor exato que tem para receber. A retirada das cotas pode ser feita até 1º de junho de 2025, conforme a medida provisória 946/2020.

Outros canais disponíveis para fazer a consulta são o site FGTS, o internet banking da Caixa ou pessoalmente nas agências da Caixa, com a apresentação de um documento de identificação com foto. Saque das cotas por herdeiros

Se o titular das cotas do PIS/Pasep morreu, o saldo será liberado aos dependentes/sucessores. A Caixa detalhou a lista de documentos que precisam ser apresentados. Veja a seguir:

? Certidão de óbito e certidão ou declaração de dependentes (beneficiários) habilitados à pensão por morte emitida pelo **INSS**, na qual conste nome completo do dependente, data de nascimento e grau de parentesco ou relação de dependência com o participante falecido; ou

? Certidão de óbito e certidão ou declaração de dependentes (beneficiários) habilitados à pensão por morte emitida pela entidade empregadora, para os casos de **servidores públicos**, na qual conste o nome completo do dependente, data de nascimento e grau de parentesco ou relação de dependência com o participante falecido; ou

? Alvará judicial designando os beneficiários do saque. Caso o alvará não faça menção ao falecimento do participante deve ser apresentada a certidão de óbito; ou

? Escritura pública de inventário, podendo ser apresentado formal de partilha dos autos de processo judicial de inventário/arrolamento ou escritura pública de partilha extrajudicial lavrada pelo tabelião do cartório de notas; ou

? Se não houver dependentes habilitados à pensão por morte, deverá ser apresentada autorização de saque subscrita por todos os sucessores, declarando não haver outros dependentes ou sucessores conhecidos, e certidão de óbito e original e cópia de documento de identificação oficial de cada um dos dependentes ou sucessores Abono do PIS

Um benefício aguardado para 2022 é o abono salarial do PIS/Pasep, de até um salário mínimo para quem trabalhou com carteira assinada ou como funcionário público em 2020. Antes, o PIS era liberado tradicionalmente seguindo um calendário de depósitos de julho de um ano a junho do ano seguinte. Em 2022, o abono passará a ser pago a partir de janeiro a dezembro, com base nas informações prestadas pelos empregadores no ano anterior.

Ainda não há, entretanto, data para a liberação do

primeiro lote e o calendário precisa ser aprovado pelo Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador).

A mudança no sistema de pagamentos consta da resolução do Codefat 896, de 23 de março de 2021, que estabelece que o abono será pago de acordo com calendário anual, a ser aprovado pelo conselho em janeiro de 2022.

Terá direito ao abono salarial em 2022 o trabalhador de empresa privada inscrito no PIS há pelo menos cinco anos e que tenha trabalhado com carteira assinada por pelo menos 30 dias no ano-base de 2020. Para ter direito, a remuneração mensal média precisa ser de até dois salários mínimos. O empregador precisa estar devidamente inscrito no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) e ter informado os dados do funcionário corretamente na Rais (Relação Anual de Informações Sociais). O valor do abono salarial é de, no máximo, um salário mínimo vigente na data do pagamento.

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/12/trabalha-dores-tem-r-235-bilhoes-para-sacar-do-pis.shtml>**

# Concursos 2022: especialista comenta o cenário e as expectativas para o próximo ano

## Papo de Concurseiro

Karolini Bandeira\* e Mariana Fernandes - Haja expectativa! Depois de praticamente dois anos com várias suspensões, atrasos de etapas e contenção de gastos, 2022 tem tudo para ser um grande ano para o mundo dos concursos e para quem deseja ingressar no serviço público. Para matar sua ansiedade, o Papo de Concurseiro conversou com o servidor público e professor de Direito Administrativo e Redação com especialidade em concursos públicos, João Coelho, que comenta o cenário, expectativas e percalços do 'ano de retomada'.

O ano de 2022 promete ser um ano de retomada dos concursos públicos. Apesar do teto constitucional que limita os gastos públicos, há um grande número de cargos vagos em todas as esferas federativas e em todos os ramos dos Poderes. Em razão da reforma da previdência, muitos servidores em condições de requerer a aposentadoria têm buscado passar à inatividade, o que aumenta esse quadro de postos à disposição dos candidatos às vagas nos concursos públicos.

Até mesmo para conter os efeitos do aumento dos gastos públicos, é necessário, por um lado, aumentar a arrecadação e, por outro, reduzir a má-aplicação dos recursos públicos e, sobretudo, combater a corrupção. Por isso mesmo, é forte a previsão para que ocorram concursos para os níveis médio e superior da **Receita Federal do Brasil** (previsão de 699 vagas), da Controladoria-Geral da União (cujo concurso já tem até banca organizadora escolhida: a Fundação Getúlio Vargas) e do Tribunal de Contas da União (que já tem edital aberto e provas marcadas para 13 de março). No mesmo objetivo de aumentar a arrecadação, evitar a corrupção e melhorar a gestão pública, os concursos para as Agências Reguladoras federais precisam ocorrer em breve, ante o quadro deficitário de servidores, em contraste às atribuições legais e aumento da demanda por regulação dos serviços públicos.

Além da ANTT e da ANTAQ, no setor de transportes, a Agência Nacional de Mineração - ANM tem buscado realizar um concurso público para fortalecer a área finalística, especialmente para cuidar de segurança de barragens, tema que está em maior foco após a tragédia de Brumadinho. A ANEEL, por sua vez, fez o

último concurso para a área-fim em 2010. A Anvisa já tinha planos para um concurso grande antes mesmo da pandemia, que só reforçou a relevância e a essencialidade do papel daquela autoridade.

A Agência Nacional de Águas - ANA é, provavelmente, a entidade que mais demande um novo concurso público, considerando que recebeu novas atribuições regulatórias no âmbito dos serviços de saneamento básico. Tanto é assim que a ANA, embora tenha preservado a sigla, agora se chama Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, graças à série de inovações trazidas pela Lei nº 14.026/2020.

Ainda no plano federal, o **INSS** deve realizar um amplo concurso para os níveis médio e superior, considerando a demanda por aposentadorias e demais benefícios sociais que dependem da análise da autarquia previdenciária. Já no âmbito do Distrito Federal, há firme convicção de que devem ser publicados os concursos públicos para a carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental (PPGG), para a Controladoria-Geral do Distrito Federal, além do Procon.

Na área de Segurança Pública, há previsão realista de concursos para o Detran e, ainda, para a Polícia Civil do DF, que, além dos atuais concursos para Agente e Escrivão, deve realizar provas para Delegado de Polícia, Agente Policial de Custódia e, ainda, para a Área Administrativa do órgão. Outra previsão iminente para 2022 é o concurso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT, conhecido por ser um grande nomeador na capital federal.

O fato de haver eleições em 2022 não interfere na realização de concursos públicos. Apenas aqueles concursos do Poder Executivo que não tenham seu resultado final homologado em até seis meses antes das eleições é que não podem realizar nomeações. Nada obsta, contudo, que provas sejam aplicadas para os concursos do Poder Executivo. Os demais Poderes podem fazer concursos e nomear, sem impedimentos, no ano que logo chega. É importante manter-se atualizado e aproveitar a existência de perfis de informação de qualidade especializados em matéria de concursos públicos.

É importante observar o perfil de cada banca examinadora, sobretudo fazendo muitas provas

anteriores. A principal forma de preparo é a resolução de questões. A base teórica será mais bem assimilada quanto mais experimentada, isto é, literalmente, quanto mais for posta à prova (ou exposta às provas). Aulas teóricas são importantes para aquisição, ampliação e manutenção de conhecimento. Contudo, a realização de questões é uma etapa fundamental da preparação.

Mesmo para concursos não-jurídicos, a cobrança da legislação e da jurisprudência nas matérias de Direito dos conhecimentos comuns exige preparação adequada, que dê ênfase ao conhecimento dos institutos jurídicos, privilegiando, no mais das vezes, o conhecimento do texto legal. Muito embora as questões não se restrinjam à transcrição da literalidade do texto da "lei seca", é fundamental conhecer bem a redação das

normas constantes do edital, visto que a banca costuma fazer releituras, paráfrases, sínteses e aplicações da norma às situações concretas que pressupõem, para o acerto, o conhecimento do que está disposto na própria lei. Nesse sentido, é fundamental que o candidato não deixe de ler os textos legais e, na medida do possível, sistematizar os conceitos-chave de cada assunto e ver de que maneira eles estão dispostos e relacionados na lei.

Além de estar em dia com língua portuguesa, que é base para o conhecimento e compreensão das demais matérias, no que diz respeito às disciplinas jurídicas, recomendam-se algumas formas de preparação: ler algumas vezes o texto, destacar os pontos principais, resolver questões de provas anteriores e (fazer anotações sequenciadas - fazendo um rol dos principais artigos (principalmente os que foram cobrados com maior frequência) para leitura rápida no momento de revisão e antes da prova - são estratégias indispensáveis para fixação e assimilação da disciplina legal e, na grande parte dos casos, o suficiente para a resolução das questões objetivas.

Além disso, tal método, que é simples e pode ser feito pelo candidato sem necessidade de materiais de apoio (mas apenas com a atenção dirigida à própria lei), ajuda sobremaneira na hora de compor textos dissertativos, visto que a menção desses termos e institutos, quanto mais fiel à lei, confere menor margem à interpretações dúbias e, de quebra, maior possibilidade de sucesso na pontuação do avaliador (além de facilitar a composição de eventuais recursos).

A crise econômica reforça a máxima segundo a qual "a necessidade é que faz o sapo pular". Portanto, a concorrência está mais que motivada para ocupar as vagas que estão disponíveis e aquelas que surgirão.

O aumento da qualidade da concorrência é uma evidência, pelo acirramento da disputa e das notas de corte que se tem verificado. Contudo, esse contexto não deve desmotivar quem está começando: com a devida preparação, o bom candidato pode, em espaço relativamente curto de tempo, estar bastante competitivo.

\*Estagiária sob supervisão de Mariana Fernandes

**Site:**

**<https://blogs.correiobraziliense.com.br/papodeconcursei-ro/concursos-2022-especialista-comenta-o-cenario-e-as-expectativas-para-o-proximo-ano/>**

# Informalidade avança no país

O país alcançou uma taxa de informalidade de 40,7% no mercado de trabalho no trimestre até outubro, com 38,211 milhões de trabalhadores atuando informalmente, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), apurada pelo Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE).

Em um trimestre, 1,782 milhão de pessoas a mais atuaram como trabalhadores informais. "54% da expansão da ocupação (no trimestre até outubro) veio da informalidade. Obviamente, em divulgações anteriores, a gente já teve porcentuais da importância da informalidade na expansão da ocupação muito maiores.

Já tivemos trimestre em que a informalidade respondia por 70% do crescimento da ocupação. Ainda assim, a informalidade ainda responde por mais da metade da recuperação da ocupação", observou Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Adriana observou ainda que a taxa de informalidade já superou o patamar pré-pandemia: no trimestre até janeiro de 2020, essa taxa era de 40,3%.

Um dos reflexos da elevada informalidade no mercado de trabalho é a baixa contribuição para a **Previdência Social**. A proporção de trabalhadores ocupados contribuindo para a **Previdência Social** ficou em 62,8% no trimestre até outubro, ante 63,4% no trimestre encerrado em julho.

Trabalho por conta própria O trabalho por conta própria ganhou 638 mil pessoas a mais em um trimestre.

Há 3,497 milhões de pessoas a mais nessa condição que o patamar de um ano antes, totalizando um novo recorde: 25,638 milhões de pessoas, apontou Adriana Beringuy.

**Site:**

**<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10743>**



# Câmara avança em projetos setoriais, mas adia reformas

**Brasília**

/  
**Isabella Macedo, do R7, em Brasília**

Ao longo de 2021, quase 250 projetos foram analisados pela Câmara dos Deputados em plenário. Entre os principais temas abordados, as matérias de teor econômico e voltadas ao combate à pandemia de Covid-19 tiveram destaque na agenda. Levantamento feito pela própria Câmara aponta que foram votados 244 projetos em plenário ao longo do ano. Mas, entre as reformas propostas pelo Executivo, apenas a do Imposto de Renda, aprovada em setembro pela Casa, saiu da gaveta.

A reforma do Imposto de Renda foi uma versão mais desidratada da tributária, que está em discussão no Congresso há anos. Apesar de uma comissão mista ter sido formada para debater propostas das duas casas legislativas e do Executivo, após o encerramento do colegiado, em maio deste ano, nenhuma das matérias debatidas foi adiante.

Para tentar remediar o fracasso da **reforma tributária** ampla, o governo passou a trabalhar a aceitação ao projeto para aumentar a faixa de isenção do imposto de renda e outras regras ligadas à prestação de contas ao Fisco. O texto foi aprovado na Câmara em setembro, mas ainda enfrenta resistência no Senado, onde a discussão anda de forma lenta.

Do pacote de reformas que o ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu ainda em 2019 e denominou como "Plano Mais Brasil", nada andou. O pacote incluía três PECs - dos Fundos Públicos, Emergencial e do Pacto Federativo -, a **reforma tributária**, a reforma administrativa e as privatizações. Do papel, saíram versões bem diferentes do Plano Mansueto para recuperação fiscal dos estados, no fim de 2020, e a privatização da Eletrobrás, já no segundo semestre de 2021.

Mesmo assim, outros textos importantes ligados à economia passaram pelo crivo dos deputados durante este ano. A Câmara aprovou a autonomia do Banco Central, o novo marco legal do mercado de câmbio, o marco legal das startups e tornou permanente o

Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), criado em 2020 para socorrer empresas afetadas pela crise gerada pela pandemia.

Apesar de derrotas na agenda econômica, o governo conseguiu aprovar, nos últimos meses, as medidas provisórias que criaram e estabeleceram o valor do Auxílio Brasil em R\$ 400. A reformulação do Bolsa Família, patrocinada pelo governo, é uma das principais bandeiras que Bolsonaro deseja levar para a campanha para tentar a reeleição em 2022. Para conseguir chegar a esse valor, foi necessário uma emenda constitucional para limitar a expedição de precatórios - dívidas decididas na última instância da Justiça, que geram obrigatoriedade de pagamento e que também foi discutida nos últimos meses do ano.

Outro setor de destaque nos projetos votados pela Câmara foi o combate à pandemia da Covid-19. Medidas provisórias para facilitar e garantir a compra de vacinas para o país, a quebra temporária de patentes, priorização da demanda integral de oxigênio para hospitais públicos e outras matérias foram analisadas pelos deputados ao longo do ano.

Projetos que não têm ligação direta com a saúde, mas que refletem as consequências da pandemia na população também fizeram parte da pauta. Um deles foi a proibição de ordens de despejo ou de desocupação de imóveis até o fim deste ano. Com o aumento dos pedidos por aplicativos de entregas e, conseqüentemente, dos entregadores que trabalham durante a pandemia, também foi aprovado um projeto para ampliar a proteção social desses trabalhadores enquanto durar a emergência de saúde pública em razão da pandemia.

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasilia/camara-avanca-em-projetos-setoriais-mas-adia-reformas-29122021>

# BNDES paga mais R\$ 3,5 bilhões em dívidas com Tesouro

**Francisco Góes Do Rio**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pagou ontem mais R\$ 3,5 bilhões em dívidas com o Tesouro Nacional. Foi a última liquidação antecipada de passivos feita pelo banco em 2021. A instituição de fomento informou que, com o pagamento, atingiu-se o montante pactuado no cronograma de compromisso firme do plano de devolução acordado com o Ministério da Economia, e aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no valor de R\$ 67,5 bilhões.

A diretora de finanças do BNDES, Bianca Nasser, disse ao Valor que o total de pagamentos do banco ao Tesouro neste ano chega a quase R\$ 90 bilhões. A conta considera, além dos pagamentos antecipados de dívida, quitações ordinárias, remuneração à União na forma de dividendos no começo do ano e **impostos**. A devolução antecipada de dívida contraída pelo BNDES junto ao Tesouro no governo do PT ganhou força, nos últimos anos, dada a situação das contas públicas no país.

Ainda há, segundo estimativas do próprio BNDES, um saldo de R\$ 130 bilhões a ser pago ao Tesouro Nacional, dos quais se prevê devolver, em 2022, algo como R\$ 54 bilhões. No começo do ano o BNDES apresentou um cronograma de devolução ao TCU em acordo com o Ministério da Economia. Neste mês o TCU referendou esse cronograma, exceto pela não inclusão de R\$ 13,3 bilhões em Instrumentos Elegíveis a Capital Principal (IECP). O tema se encontra em discussão na Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal (CCAF/AGU).

Fontes com conhecimento do assunto dizem que o banco continua computando instrumentos de dívida como capital quando o TCU considera que isso é ilegal e que, portanto, o valor deve ser incluído na soma a ser devolvida ao Tesouro Nacional. Na prática, a discussão significa que o banco entende que precisa devolver ao Tesouro um valor a menor do que é o entendimento do TCU.

De acordo com fontes próximas ao banco, a devolução antecipada de recursos ao Tesouro Nacional não deve ter efeitos negativos para a atual administração do BNDES em termos de caixa e de capital. Fica a dúvida, porém, sobre qual será a situação a partir de

2023, se o banco teria "conforto" para financiar projetos e investimentos no país em um eventual cenário de retomada da economia. Se esse cenário se confirmar, o banco poderia ser exigido a contribuir com uma fatia maior de crédito em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**), como ocorreu em governos anteriores ao atual.

O plano de devolução apresentado pelo BNDES e acordado com o Ministério da Economia abrange um cronograma de compromisso firme e um cronograma em regime de melhores esforços, cuja efetiva execução, segundo o banco, fica sujeita ao planejamento financeiro da instituição, e condicionada a análises de liquidez, fluxo de caixa, riscos, entre outras variáveis.

Uma fonte explicou que o cronograma firme representa, na prática, um "mínimo" a ser feito enquanto os "melhores esforços" equivalem a dizer algo como: "Se der para fazer algo adicional, faça".

**Site:**

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187102](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187102)

# As holdings e os contratos de concessão - OPINIÃO JURÍDICA

**IRAPUÃ BELTRÃO**

O contrato de concessão de serviço público, bem como as modalidades de parceria público-privada (PPP), é o principal arranjo por meio do qual as empresas assumem robustos projetos públicos e realizam investimentos em setores de infraestrutura. O Estado, através de referidos modelos contratuais, atribui, por meio de licitação, a prestação de um serviço de interesse público.

Se, por um lado, o empreendimento envolve a prestação de uma atividade de titularidade do Estado, o que afasta a sujeição às regras de liberdade de iniciativa e concorrência, é no ambiente privado de inovação, criação e desenvolvimento que surgem e se desenvolvem as soluções tecnológicas.

Também não se pode desconsiderar a necessidade de redução do agigantamento estatal em setores nos quais inexitem razões econômicas ou técnicas para a prestação direta pelo Estado, mas que são atrativos para o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada, preservando-se o interesse público através da regulação, do contrato e dos controles estatais.

Referidas parcerias inserem-se no contexto da admissibilidade de outorga, à iniciativa privada, de atividades reservadas ao Estado em setores econômicos caracterizados por falhas de mercado, assimetrias de informações e pela essencialidade das atividades para a sociedade e para as relações econômicas.

A iniciativa privada é, nos contratos de concessão de serviço público, uma parceira do empreendimento, cuja expertise e investimentos são essenciais para seu êxito.

As concessões de serviço público são, normalmente, implantadas e geridas pelas chamadas sociedades de propósito específico (SPEs), as quais são constituídas por consórcios de empresas vencedores de licitações públicas.

As SPEs, longe de serem criadas e viverem isoladas, estão inseridas em sofisticados arranjos empresariais no âmbito dos quais o projeto público em regime de concessão é nutrido por investimentos e por eficiência na gestão, inclusive através da supressão de

instâncias de administração na específica concessionária, dando lugar à atuação por órgãos da respectiva holding.

O poder de controle em modelos dessa natureza está sujeito a determinados condicionamentos inexistentes em estruturas empresariais privadas que, na sua cadeia, não possuem parcerias contratuais com o Estado. A alienação do controle de uma concessionária requer, por exemplo, autorização prévia e que o novo controlador cumpra determinadas exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira, além de regularidade jurídica e fiscal.

O arranjo de holdings que tenham, entre suas subsidiárias, negócios público-privados, pode acarretar, em determinadas circunstâncias, responsabilidades administrativo-contratual, cível-patrimonial, por atos de corrupção e improbidade na cadeia do grupo econômico e, especialmente, na relação subsidiária-controlador.

A responsabilidade deve ser excepcional e pode, em tese, ser objetiva, solidária ou subsidiária.

Requer maturada decisão empresarial e específicos modelos de governança e gestão o emaranhamento da prestação de serviço público em estruturas empresariais privadas voltadas, majoritariamente ou não, à exploração de atividades econômicas sujeitas aos princípios de livre iniciativa e concorrência.

Em outras palavras, a estruturação de grupos econômicos no ambiente dos contratos de concessão de serviço público requer respostas à altura dos desafios **impostos** pelo regime jurídico publicista que é atraído pelas parcerias estatais, ainda que, em tese, isoladas sob o modelo de SPEs.

Ademais, é inegável que o Estado apropria-se, direta e indiretamente, das vantagens econômicas das holdings, as quais envidam esforços em eficiência administrativa e na gestão dos projetos públicos sob seu guarda-chuva, garantindo a plena execução contratual, bem como a prestação de um serviço público adequado.

Por todas essas razões, o modelo de grupo econômico no qual se insere uma determinada concessionária de serviço público deve ser estimulado pelo Estado, isso

em razão dos ganhos tangíveis e intangíveis.

O fomento ao arranjo pode ocorrer, em especial, através do oferecimento de maiores benefícios tributários e trabalhistas, mediante maior compromisso regulatório e contratual com a remuneração variável vinculada ao desempenho e com receitas acessórias e projetos associados, além da flexibilização dos requisitos de acesso ao financiamento público e de fornecimento de garantias.

As holdings concessionárias de serviço público são poderosos mecanismos de eficiência econômica e segurança jurídico-contratual que, enquanto tais, devem ser objeto de valorização pelo Estado. Na contramão da ilusão que a nomenclatura SPE nos leva a incorrer, as concessões de serviço público não vivem isoladas como unidades de negócios ou centros de custo. O reconhecimento da falácia é o primeiro passo.

As holdings concessionárias de serviço público são poderosos mecanismos de eficiência econômica

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187102?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187102?page=1&section=1)**

# Mais emprego, mas com menor renda

O mercado de trabalho absorveu mais de 3 milhões de trabalhadores no trimestre encerrado em outubro, entre formais e informais, reduzindo a taxa de desemprego para 12,1% - ante 13,7% no trimestre até julho. No entanto, a renda média do trabalho desceu ao pior nível da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012 pelo IBGE. Na comparação com o trimestre anterior, a queda é de 1,6 ponto percentual.

André Perfeito, economista-chefe da Necton, observa que o número de pessoas que estão em busca de trabalho no país caiu 10,4%, chegando a 12,9 milhões. "Já o contingente de pessoas ocupadas, segundo os dados, aumentou 3,6%, o que representa 3,3 milhões de pessoas a mais no mercado de trabalho em relação ao trimestre encerrado em julho. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, houve aumento de 8,7 milhões de trabalhadores".

"O rendimento médio real habitual está no pior nível da série iniciada em março de 2012, em R\$ 2.449. Mais emblemático do que isso é quando observamos a massa salarial, ou seja, a quantidade de "dinheiro na mesa" por assim dizer. Estamos no mesmo patamar do pior momento da crise da pandemia e, neste sentido, de pouco adiantou o esforço feito pelo governo uma vez que o que foi dado com uma mão foi retirado com a outra via inflação", observa Perfeito.

A coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, Adriana Beringuy, afirma que a queda na taxa de desocupação está relacionada ao crescimento da ocupação, como já vinha acontecendo nos meses anteriores. "O aumento no número de ocupados ocorreu em seis dos 10 grupamentos de atividades, a exemplo do comércio, da indústria e dos serviços de alojamento e alimentação".

Segundo Beringuy, com esse crescimento, o nível de ocupação, que é o percentual de pessoas em atividade na população em idade de trabalhar, subiu para 54,6%, o maior desde o trimestre encerrado em abril do ano passado.

Os dados mostram também que o aumento na ocupação foi influenciado pelo número de empregados com carteira de trabalho no setor privado, que chegou a 33,9 milhões, crescimento de 4,1% frente ao trimestre anterior. A coordenadora explica que isso significa 1,3 milhão de pessoas a mais.

"Do aumento de 3,3 milhões de pessoas na ocupação,

40% são trabalhadores com carteira assinada no setor privado. Essa recuperação do trabalho formal já vinha ocorrendo nos meses anteriores, desde o trimestre encerrado em julho. Então, embora o emprego com carteira no setor privado ainda esteja em um nível abaixo do que era antes da pandemia, vem traçando uma trajetória de crescimento", explica a coordenadora do IBGE.

Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que, na última semana, mostrou que o Brasil gerou 324.112 empregos com carteira assinada em novembro. Ao todo, segundo a pasta, o país registrou em novembro 1.772.766 de contratações e 1.448.654 de demissões. O resultado mostra piora na comparação com o mesmo mês do ano passado, quando foram abertas 376.265 vagas formais. Contudo, foi o melhor resultado mensal desde agosto deste ano, quando foram criados 275.284 empregos com carteira assinada.

## Setor privado

Quanto às projeções do desemprego para 2022, Carlos Alberto Ramos, professor do departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), avalia que a taxa acompanha o crescimento econômico no Brasil, que pode ser relativamente baixo no próximo ano. "Existe a influência de fatores conjunturais, sendo que a pandemia reduz o ritmo de crescimento", diz. O especialista ainda observa que o setor de serviço e de turismo tem chances de se desenvolverem mais. "Mas isso depende do ritmo da pandemia nos próximos meses", pondera.

Segundo o levantamento, no setor privado, o contingente de empregados sem carteira subiu 9,5% (ou 1,0 milhão de pessoas). Essa categoria, no trimestre encerrado em outubro, somava 12 milhões de trabalhadores. No mesmo período, o número de trabalhadores domésticos sem carteira cresceu 8,0%, e o de empregadores sem CNPJ, 7,4%. Com isso, a taxa de informalidade chegou a 40,7%, o que corresponde a 38,2 milhões de trabalhadores informais no país.

Com o crescimento da ocupação sendo influenciado pelo trabalho informal, o rendimento real habitual caiu 4,6% e chegou a R\$ 2.449. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a queda foi de 11,1%. Já a massa de rendimento foi de R\$ 225 bilhões e permaneceu estável frente aos dois trimestres anteriores.

"Apesar de haver um crescimento significativo da ocupação, a massa de rendimento permanece estável. Isso acontece porque o rendimento do trabalhador tem sido cada vez menor - seja porque a expansão do trabalho ocorre em ocupações de menor rendimento, seja pelo avanço da **inflação** nos últimos meses", diz a coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Os trabalhadores por conta própria aumentaram em 2,6%, chegando ao contingente de 25,6 milhões. São 638 mil pessoas a mais nesta categoria. Já o aumento dos trabalhadores domésticos foi de 7,8%, também no confronto com o trimestre encerrado em julho, o que representa uma adição de 400 mil pessoas. A maior parte desse aumento também veio do trabalho informal: 308 mil trabalhadores foram contratados sem carteira de trabalho assinada.

#### Influência

O número de ocupados no comércio cresceu 6,4%, o que representa 1,1 milhão de pessoas a mais trabalhando no setor. Já o aumento da indústria foi de 4,6%, ou mais 535 mil pessoas. No mesmo período, mais 500 mil pessoas passaram a trabalhar no segmento de alojamento e alimentação (11,0%). Na construção, houve crescimento de 6,5% na ocupação (ou 456 mil pessoas).

"Na comparação com o trimestre anterior, dos 10 grupamentos de atividades, seis tiveram crescimento na ocupação e os demais ficaram estáveis. Quando comparamos com o mesmo trimestre do ano anterior, nove apontaram crescimento significativo. Isso indica que a conjuntura econômica do trimestre encerrado em outubro é muito diferente do mesmo período do ano passado. A recuperação já mostra um cenário muito mais favorável para a ocupação", afirma Adriana Beringuy (FS e JVT\*)

# Golpe da central de atendimento falsa aumenta neste fim de ano, diz pesquisa

**Douglas Gavras Curitiba**

Os golpes financeiros que usam centrais de atendimento falsas aumentaram neste final de ano, segundo a pesquisa Radar Febraban (Federação Brasileira de Bancos), entidade que representa grandes instituições financeiras.

O golpe da central falsa, em que alguém pede dados do consumidor por telefone, aumentou de 18% em setembro para 28% em dezembro, atingindo sobretudo pessoas na faixa de 45 a 59 anos.

Houve aumento também no golpe do WhatsApp, em que alguém se passa por um conhecido solicitando dinheiro -24% relataram serem vítimas dessa abordagem, três pontos percentuais a mais do registrado em setembro.

O golpe mais comum ainda é a clonagem de cartão de crédito ou troca de cartões (48%), mas a modalidade registrou queda (dois pontos a menos que em setembro). A menção a esse tipo de fraude chega a 63% entre quem tem de 25 a 44 anos.

Entre os mais jovens, especialmente na faixa de 18 a 24, há relatos sobre o golpe do leilão da loja virtual falsa (5%).

As entrevistas foram feitas entre os dias 19 e 27 de novembro, com 3.000 pessoas acima de 18 anos e de todas as regiões do país. A margem de erro é de 1,8 ponto percentual, para mais ou para menos.

Em sua quarta edição, a Radar Febraban também apurou a percepção do brasileiro em relação ao custo de vida.

Para 69%, a **inflação** tem pesado principalmente sobre o consumo de alimentos e outros produtos domésticos em dezembro, enquanto 42% sentem a alta dos preços, sobretudo ao abastecer o carro, aponta pesquisa da Febraban.

Segundo o radar de expectativas do consumidor feito pela entidade, 19% consideram que a **inflação** impacta, sobretudo, os gastos com serviços de saúde e remédios.

Outros itens associados ao impacto da **inflação**

tiveram percentuais inferiores a 10%, como os juros do cartão de crédito (8%), passagem de transporte público (6%) e pagamento da escola, faculdade ou outros serviços de educação (5%).

Ao olhar para o futuro, o brasileiro diz que gostaria de retomarem 2022 planos que foram adiados pela alta dos preços, a queda na renda e o desemprego persistente. A compra do imóvel é o maior desses sonhos, sendo que 35% disseram que gostariam de investir na casa própria, caso sobre dinheiro no orçamento.

Em segundo lugar, com 18%, aparecem empatados guardar dinheiro na poupança e a reforma da casa; fazer cursos e investir na educação vêm em seguida, com 17%, e viajar está nos planos de 10%.

Os resultados da pesquisa acompanham a disparada dos preços: o IPCA-15 (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15), prévia da **inflação** oficial, subiu, 78% em dezembro e encerrou o ano com alta acumulada de 10,42%, a maior taxa em seis anos. O maior aumento de custo dentro do IPCA-15 veio dos transportes, cujos preços dispararam 21,35% no ano. Segundo o mais recente boletim Focus, do BC, a expectativa dos agentes de mercado é que 2021 termine com uma **inflação** acumulada de 10,02%, ante os 10,04% calculados anteriormente. Esse resultado estaria bem acima da meta -de 3,75%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

O levantamento da Febraban também reforçou a aprovação do Pix, o sistema de pagamentos eletrônico. Segundo a pesquisa, a maior parte dos entrevistados (85%) diz aprovar o Pix, e apenas 10% desaprovam. Os 5% restantes não sabiam ou não responderam.

Entre os jovens de 18 a 24 anos, a aprovação ao Pix alcança 99%. Os menos satisfeitos são os consumidores com 60 anos ou mais, que demonstraram aprovação de 65%.

Além disso, 71% disseram já ter usado a modalidade, enquanto 28% afirmaram que ainda não utilizaram.

A pesquisa também mediu a confiança que os entrevistados tinham nos bancos, nas empresas

privadas e nas fintechs. No caso dos bancos, 58% dizem confiar, 36% não confiam e 6% não sabem ou não responderam; com as empresas privadas, 54% confiam e 36% não confiam; com as fintechs, o grau de confiança é de 56%, ante 33% que não confiam.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=497>**

**74**



# Lei orçamentária de 2022 antecipa debate eleitoral sobre teto de gastos

**DANIEL WETERMAN BRASÍLIA**

As discussões sobre o Orçamento de 2022, aprovado na semana passada pelo Congresso, deram largada ao debate eleitoral sobre um dos principais temas que devem permear as campanhas no ano que vem: a revisão do teto de gastos. De um lado, defensores da regra afirmam ser importante manter o mecanismo que limita o aumento de despesas do governo para assegurar a estabilidade econômica. Do outro, críticos veem a regra como responsável por impedir o crescimento do País e pelo aumento da pobreza.

O teto de gastos foi criado em 2016, no governo do ex-presidente Michel **Temer**, para manter a sustentabilidade das contas públicas, e chamada tecnicamente de âncora fiscal.

Esse limite é corrigido todos os anos pela variação da **inflação** acumulada em 12 meses do ano anterior. A revisão da regra estava programada para 2026, dez anos depois de entrar em vigor, mas ocorreu neste ano com a aprovação da PEC dos Precatórios.

A pressão para uma nova mudança passou a fazer parte tanto da agenda do presidente Jair Bolsonaro (PL), em busca da reeleição, quanto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder nas pesquisas de intenção de voto.

Para viabilizar o Auxílio Brasil, programa social que substituiu o Bolsa Família, com benefício de R\$ 400, Bolsonaro articulou uma alteração no índice de correção do teto, que passou a ser o fechado do ano - antes era até junho. Desta forma, conseguiu abrir uma margem de R\$ 113,1 bilhões no Orçamento de 2022, o que atendeu não só as famílias carentes, mas interesses eleitoreiros de parlamentares com mais emendas e verbas para campanha. "A questão do teto realmente é... eu sei que tem equilíbrio de contas, um montão de coisas aí, mas é mortal", disse o presidente Jair Bolsonaro durante um almoço com jornalistas na sexta-feira, véspera de Natal.

O ataque ao teto tem respaldo de aliados do governo no Congresso. "Não adianta termos excesso de arrecadação de mais de R\$ 300 bilhões se nós não pudermos alocá-los em despesas já contidas no Orçamento", afirmou o líder do governo na Comissão Mista de Orçamento (CMO), Claudio Cajado (PP-BA).

Interlocutores de Lula também defendem mudanças na âncora fiscal e dizem que isso estará entre as prioridades do petista em um eventual futuro governo. "É necessária uma revisão ampla dessa política que impede o País de se desenvolver, de crescer e de distribuir renda", disse o deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

**INVESTIMENTOS.** Uma das articulações que têm ganhado força no Congresso é a proposta de retirar os investimentos do teto. Em 2022, essas despesas vão somar R\$ 44 bilhões, o menor nível da história. Assim, o governo poderia aumentar recursos enviados para obras, por exemplo.

Mas além da demanda por investimentos federais, há pressão por aumento na área social. Mesmo com o Auxílio Brasil de R\$ 400, o programa representará queda nas despesas com transferência de renda em comparação aos dois anos anteriores. Além disso, 22 milhões de famílias que receberam o auxílio emergencial durante a pandemia de covid-19 ficarão sem proteção e poderão engrossar as filas.

"Será muito complicado um candidato ter um discurso de manter o teto da maneira como está sem qualquer reforma ou flexibilização. Mesmo os mais liberais e defensores do teto não fariam uma campanha como essa", afirmou o cientista político Leandro Consentino, professor do Insper.

**CONTROLE.** Além da mudança no teto, as eleições também devem definir o futuro do controle sobre as verbas federais. Para 2022, estão previstos R\$ 16,5 bilhões das chamadas emendas de relator, base do orçamento secreto, revelado pelo Estadão. Pelo mecanismo, Bolsonaro distribuiu recursos a um seleto grupo de deputados e senadores, que definem como e onde o dinheiro público deve ser alocado, mas sem critérios mínimos de transparência.

Em troca, o governo recebe o apoio desses parlamentares no Congresso.

Na sexta-feira, o presidente admitiu que aliados próximos são privilegiados com as emendas de relator, identificadas pelo código RP-9, ao falar sobre a escolha de um novo líder do governo no Senado, cargo vago após a saída de Fernando Bezerra (MDB-

PE). "Há interesse, óbvio (de parlamentares em ocupar o posto). Tem porta aberta comigo, porta aberta no Palácio do Planalto, tem RP-9, tem um monte de coisa. Tem cargo no governo também." Lula, por sua vez, afirma ser necessário que o presidente da República recupere o poder sobre o Orçamento. "É preciso acalmar, redefinir o papel de cada um, a Câmara e o Senado legislarem corretamente, o presidente da República executar e administrar corretamente e o Poder Judiciário julgar cumprindo aquilo que está na Constituição", disse o petista em outubro.

Para Consentino, quem for eleito em 2022 só retomará o controle do Orçamento se chegar ao poder com capital político suficiente para redefinir a balança. "Hoje, o presidente está muito refém do Congresso e uma reeleição de Bolsonaro continuaria ou pioraria nesses termos. Um outro presidente opositorista, Lula, Sérgio Moro ou João Doria, que ganhe com algum capital político, terá uma gordura a mais para gastar e pode tentar pautar novamente essa relação de maneira mais favorável ao Executivo."

#### Mudança

A pressão por mudança nos critérios é parte tanto da agenda de Bolsonaro quanto da de Lula

#### Números do Orçamento

R\$ 1,7 trilhão é o total de despesas no Orçamento de 2022 sujeitas ao teto de gastos.

R\$ 760 bi serão gastos com benefícios previdenciários, como aposentadorias, pensões e auxílio-doença.

R\$ 89,9 bi é o orçamento do Auxílio Brasil, programa social que substituiu o Bolsa Família.

R\$ 44 bi é quanto está previsto para o governo investir em setores como escolas, postos de saúde e estradas. Será o menor nível da história.

R\$ 16,5 bi foram reservados para emendas de relator, o mecanismo do orçamento secreto.

R\$ 4,9 bi serão usados para gastos de campanha eleitoral.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Juros mais altos já atingem consumidores

**ELIANE OLIVEIRA E ANA CLARA VELOSO**

Na esteira da trajetória de alta da Selic, os juros ao consumidor no sistema financeiro voltaram a subir no mês passado. Segundo números divulgados ontem pelo Banco Central, a taxa paga pelas pessoas físicas aumentou um ponto percentual, de 27,2% em outubro para 28,2% em novembro.

Com o encarecimento do crédito no país, a taxa do cheque especial, que estava em 128,2% ao ano, aumentou para 129,6%, a maior desde setembro. Os juros do crédito pessoal atingiram 84,4%, o maior nível desde abril, quando a taxa ficou em 88,5%.

Para quem continua recorrendo sistema rotativo no pagamento do cartão de crédito, o custo está ainda maior. A taxa subiu de 343,5% para 346,1% ao ano, a mais elevada desde agosto de 2017 (392,3%).

Para pessoas físicas e jurídicas, a taxa média de juros bancários chegou a 34,1% ao ano em novembro, o maior patamar desde novembro de 2019, quando atingiu 35,55%. Em outubro, o percentual estava em 32,7%. O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevou a taxa básica de juros de 7,75% para 9,25% no início deste mês. Foi o sétimo aumento consecutivo da Selic, cujo ciclo de alta começou em abril deste ano. O grande temor da autoridade monetária é o crescimento da **inflação**, que já alcança dois dígitos, enquanto a meta oficial é de 3,75%, com tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo.

Já os juros do empréstimo consignado, que oferece um risco menor pelo fato de a parcela ser descontada diretamente do salário do servidor, ficaram em 18,4%, os mais altos desde março do ano passado, quando atingiram 18,8%. No caso dos trabalhadores do setor privado, houve um aumento de 32,4% para 32,9% ao ano, o maior percentual desde fevereiro do ano passado (33,9%).

Segundo o BC, apesar do cenário, a taxa de inadimplência não sofreu alteração. O índice se manteve em 3% e 2,3%, para pessoas jurídicas e físicas, respectivamente.

**IMPACTO DA PANDEMIA** A pandemia afetou a condição financeira e teve impacto no endividamento de 64% dos brasileiros, de acordo com pesquisa Serasa, divulgada em outubro. E o cartão de crédito foi o vilão da maioria: 53% o apontaram como a principal dívida.

A enfermeira A.L., de 41 anos, era parte do grupo de 63,4 milhões de brasileiros inadimplentes em outubro, quando a Serasa apontou o maior índice registrado desde julho de 2020 (63,5 milhões). Em outubro, o número de dívidas no país cresceu 2,31% em relação ao mês anterior, para 213.268 milhões. Já o volume total das dívidas no Brasil cresceu 3,37% em relação a setembro, atingindo R\$ 253,65 bilhões.

A.L. tem três contas atrasadas, no total de R\$ 10 mil, mas, com juros, a dívida já soma R\$ 12.100. Uma é a do cartão de crédito, que já dura três anos. As outras duas atrasaram na pandemia.

-Não tenho carteira assinada. Tive Covid em março deste ano e, como fiquei sem trabalhar, não recebi. Desorganizou todas as minhas finanças. Deixei de pagar por dois meses um financiamento e o cheque especial. O financiamento eu tinha pego para quitar o plano de saúde em atraso. E no cheque especial eu entrei com gastos para o meu casamento - conta ela. - Agora estou tentando renegociar com as instituições para fugir desses juros exorbitantes.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Ipea vê dívida em queda até 2030, mas alerta para riscos

**Fabio Graner De Brasília**

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) acaba de finalizar estudo apontando que a relação dívida/**PIB** tende a ficar relativamente estável ao longo da década, mas ganhando trajetória de queda na segunda metade e chegando a 75,7% em 2030.

Esse é o cenário básico previsto no "Panorama Fiscal" do órgão, antecipado ao Valor, que considera a despesa controlada nos níveis previstos pelo teto de gastos após a PEC dos Precatórios até 2026, passando a crescer 1% em termos reais nos anos seguintes. Essa projeção também leva em conta uma expansão do **PIB** que converge para cerca de 2% no fim do período.

O documento traz outros dois cenários (um pessimista e um otimista) nos quais o principal indicador fiscal pode encerrar a década em 104,8% (se as despesas já romperem o novo teto em 2023 e o crescimento econômico ficar muito fraco) ou em 58,3% - considerando as despesas controladas e o impacto de reformas microeconômicas que levem o **PIB** para a casa de 3%.

"Os exercícios de simulação realizados mostram que, caso o risco fiscal seja mantido sob controle, a relação DBGG/P1B pode apresentar estabilidade ou trajetória de queda ao longo desta década- a depender da magnitude do efeito das reformas microeconômicas em curso sobre a produtividade da economia", aponta o texto. "Contudo, caso o país não seja capaz de avançar no requerido processo de consolidação fiscal, e a economia convirja para um equilíbrio caracterizado por menor crescimento e mais **inflação**, a dívida pública poderá entrar em uma trajetória insustentável", completa.

O material é assinado pelos pesquisadores Marco Cavalcanti, que já foi subsecretário de Política Fiscal no Ministério da Economia do atual governo; Felipe Martins, Sergio Ferreira e Wellington Nóbrega.

O documento destaca o bom desempenho das contas públicas em 2021, que fecharão com números bem melhores que o esperado no início do ano, tanto em termos de resultado primário como de dívida. "Isso se deve, principalmente, ao crescimento mais forte do **PIB** e à taxa de **inflação** mais elevada, relativamente

às expectativas iniciais, que deverão ensejar, para o acumulado do ano, uma arrecadação federal cerca de R\$ 270 bilhões acima do nível previsto em março e um aumento de receita líquida do governo central da ordem de R\$ 210 bilhões", explica o documento do Ipea.

Nas estimativas dos técnicos, o ganho de receita mais do que compensará o aumento de despesas primárias, levando a um déficit primário de aproximadamente R\$ 70 bilhões em 2021 - muito inferior à meta de R\$247 bilhões.

Apesar dos dados melhores, o texto reconhece que as incertezas fiscais aumentaram por causa da tramitação da PEC dos Precatórios, que foi aprovada e elevou o espaço para gastos nos próximos anos. "A aprovação dessa PEC resolveu o problema de obediência à EC 11^95/2016 em 2022, mas deu margem à preocupação, por parte de analistas e de segmentos da sociedade, de que sinalizaria o abandono do comprometimento do país com o equilíbrio fiscal. Diante disso, a percepção de risco fiscal tem permanecido relativamente elevada, continuando a representar um fator negativo para o ritmo de crescimento da economia." Os autores, porém, lembram que parte desse aumento da percepção de risco foi revertida mais recentemente, embora o patamar ainda esteja bem mais pressionado do que antes do problema dos precatórios ter vindo à tona.

"Nos próximos meses, ficará mais claro se o mercado de fato reduziu, na margem, sua percepção de risco em relação à evolução das contas públicas. De qualquer forma, é certo que o quadro fiscal continuará representando, no curto e médio prazo, um fator de risco importante para o processo de recuperação da economia brasileira e que será necessário esforço redobrado, por parte do setor público e da sociedade brasileira em geral, na continuidade do processo de consolidação fiscal interrompido pela pandemia - não apenas no sentido de conter as despesas em nível agregado, mas também na direção da melhora da qualidade do gasto", dizem.

Ao Valor Marco Cavalcanti destacou que, mais importante que os números efetivamente projetados, são as trajetórias apontadas pelo estudo nos três diferentes cenários. Segundo ele, o teto não morreu

com a PEC dos Precatórios e que, seguindo a regra em seus novos moldes, é possível ter um cenário de controle e redução da dívida ao longo do tempo, que também dependerá de outras medidas para fomentar o crescimento, que na visão dele são mais reformas.

"Manter a trilha de controle fiscal é um caminho para o crescimento virtuoso", disse Cavalcanti, reforçando que o novo teto após a PEC ainda representa uma restrição importante de gastos para o longo prazo e que a melhor saída é sustentá-lo pelo menos até 2026.

Para ele, a pior situação seria simplesmente abandonar a âncora, mesmo com sua flexibilização recente. "Se o país for por um caminho de não seguir as regras, o risco fiscal vai permanecer alto. A gente pode entrar em um ciclo vicioso, em que uma coisa retroalimenta outra, em que despesa crescendo mais, com primário menor, que gera dívida maior e percepção de risco aumenta os juros e eleva a dívida ainda mais, a **inflação** aumenta, que é o que o cenário pessimista está retratando. E o cenário pessimista nem considera o risco de ruptura, seria um equilíbrio ruim, mas sem uma grande crise no caminho", salientou Cavalcanti.

**Site:**

**[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187102](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187102)**

# Empresas negociam com credores e escapam da recuperação judicial

**Joice Bacelo Do Rio**

O número de pedidos de recuperação judicial registrado em todo o país em 2021 é o mais baixo dos últimos seis anos. Até o mês de novembro, 807 empresas haviam batido à porta do Judiciário, segundo a Serasa Experian. É menos da metade do que se viu em 2016, por exemplo, ano do impeachment de Dilma Rousseff, em que foram contabilizados 1.865 casos.

A baixa procura contraria a previsão feita por especialistas no começo do ano. Falava-se em recorde de recuperações judiciais. A busca por bancas especializadas estava alta. A pandemia havia agravado e aquele momento coincidia com o vencimento dos prazos das dívidas que foram renegociadas pelas empresas em 2020.

Um dos principais motivos para essa panela de pressão não ter estourado, segundo advogados, foi o comportamento dos credores - bancos, especialmente. A disposição para as negociações, em alta no ano de 2020, se repetiu em 2021.

Companhias que estavam com a papelada pronta para entrar com pedido de recuperação conseguiram mais prazo e condições de pagamento muito próximas das que pleiteariam no processo judicial. "Todas as vezes que tentamos negociar nós conseguimos", diz a advogada Ana Carolina Monteiro, do escritório Kincaid Mendes Vianna, especializado na área de insolvência.

André Moraes, do Moraes Savaget Advogados, cita um de seus clientes, uma rede de hotéis conhecida do Rio de Janeiro. "Estávamos prontos para entrar com o processo e não seguimos adiante por causa da renegociação. Os bancos estão renegociando em termos e parâmetros que antes não eram comuns fora do ambiente da recuperação."

Além de conseguir negociar as dívidas, as empresas tiveram acesso a mais crédito - em bancos ou por meio de programas do governo operacionalizados por instituições financeiras. Entre eles, o Pronampe, destinado a companhias que faturaram até R\$4,8 milhões em 2020.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos(Febraban), a carteira de pessoas jurídicas

cresceu de forma expressiva desde o ano passado - especialmente para o segmento de micro e pequenas empresas. Foi registrado aumento de 22% em 2020 e atualmente está em alta de 11,4%.

A captação no mercado de capitais, pelas grandes empresas, além disso, mesmo com o ano ainda em aberto, demonstra ser maior que a registrada no período pré-pandemia. Foram R\$ 450 bilhões neste ano de 2021 contra R\$ 432,5 bilhões em 2019.

O volume total de crédito concedido ao mercado está em R\$ 4,5 trilhões - o que equivale a 53% do **PIB** (aquí incluídas também as pessoas físicas).

Vicente de Chiara, diretor jurídico da Febraban, diz que a combinação de renegociações das parcelas em aberto e a liberação de mais crédito para que as empresas conseguissem cumprir com as suas obrigações geraram os menores índices de inadimplência da história. A inadimplência é justamente o que leva aos pedidos de recuperação e às falências.

No período pré-pandemia, ele afirma, estava em 2,2% da carteira e hoje é de 1,4%. "A tendência é que aumente um pouco em 2022, mas certamente vai continuar em patamar inferior ao índice da pré-pandemia."

Além do fator pandemia, dizem advogados, as soluções extrajudiciais também foram impulsionadas pela nova Lei de Recuperações e Falências, que entrou em vigor no mês de janeiro.

Agora, as empresas podem, por exemplo, se utilizar do chamado stay period fora do processo de recuperação judicial, ou seja, enquanto tentam negociar com os credores. Esse mecanismo suspende as ações de cobrança contra a devedora.

Os prazos, no entanto, são diferentes. Nas recuperações judiciais, as ações de cobrança ficam suspensas por 180 dias. Já para as negociações a nova lei prevê até 60 dias.

A nova norma também deu força para as recuperações extrajudiciais. Tanto na judicial como na extrajudicial, o devedor reúne os seus credores para negociar. Elabora-se um plano de pagamento -

geralmente com prazo de carência, descontos e o parcelamento dos valores. Se a maioria dos credores aprovar tais condições, todos os outros ficam vinculados e receberão o que lhes é devido da mesma forma.

Muda de uma modalidade para a outra, no entanto, a quantidade de credores envolvida. Na judicial, são submetidas todas as dívidas contraídas até a data de início do processo (há exceção para débitos fiscais e valores com garantia fiduciária).

Já na extrajudicial, a devedora escolhe os credores com quem deseja negociar - o que a permite, por exemplo, poupar fornecedores, evitando se indispor com quem é essencial ao negócio. Essa negociação ocorre sem que haja interferência do Judiciário. Só depois de aprovado pelo grupo de credores, o plano de pagamento é levado para a homologação de um juiz.

Antes da nova lei, era necessária a concordância de 50% dos credores com quem a devedora escolheu negociar. Agora, se o devedor tiver um terço de aprovação do plano de pagamento, ele comunica o juiz e ganha um prazo de 90 dias para tentar convencer os demais - e chegar aos 50%.

Durante esse período, as ações de cobrança ficam suspensas. Se mesmo depois desse prazo o devedor não conseguir a aprovação, ele ainda pode entrar com pedido de recuperação judicial.

O advogado André Moraes diz que das 13 recuperações iniciadas pelo escritório neste ano, três foram extrajudiciais. Uma delas, da Flytour, maior agência de viagens de negócios do país. A intenção, com a recuperação extrajudicial, era a de preservar o maior número de clientes e fornecedores possíveis.

As negociações ficaram concentradas em nove credores financeiros - Bradesco, Banco do Brasil e Itaú, além de fundos de investimentos. Eles aprovaram o plano de pagamento em julho. O documento informa dívidas de R\$ 142 milhões.

Especialistas na área de insolvência afirmam que os pedidos de recuperação - tanto extrajudicial como judicial - foram capitaneados, neste ano, por empresas de setores diretamente afetados pela pandemia: hotelaria, turismo e transporte.

A SuperVia, companhia de trens urbanos da região metropolitana do Rio de Janeiro, está entre as que entraram com pedido de recuperação judicial. A empresa encerrou 2020 com prejuízos acumulados de R\$ 386,52 milhões, que atribuiu principalmente à redução de passageiros provocada pela pandemia.

O pedido de recuperação, segundo informou em nota, teve como objetivo preservar a prestação do serviço e iniciar um novo ciclo de negociação com os credores e o poder concedente para superar a crise financeira.

Segundo os dados da Serasa Experian, dos 807 pedidos de recuperação judicial registrados até o mês de novembro, 539 foram protocolados por pequenas empresas, 183 por médias e 85 por grandes companhias.

No ano de 2020, foram apresentados 1.179 pedidos de recuperação judicial. É pouco provável que o total ainda a ser registrado neste mês de dezembro se aproxime da quantidade verificada em 2020.

Para 2022, diz Eduardo Seixas, diretor de reestruturação da Alvarez Marsal, não deve haver grande mudança. "Haverá eleições. Normalmente, em ano eleitoral, o volume de recuperações judiciais equivale, mais ou menos, ao ano anterior. Foi assim na última década."

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187102?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187102?page=1&section=1)

# Selic e risco de calote elevam juros ao consumidor

DISPARADA A alta da taxa básica de juros (Selic) e o maior risco de calote, por causa da estagnação da economia, fizeram os juros ao consumidor, que já eram exorbitantes, dispararem em 2021. Entre janeiro e novembro, as taxas médias cobradas nos crediários do comércio passaram de 72,7% para 80% ao ano. Os juros do cheque especial, por sua vez, foram de 127,7% para 140,3%. E os do cartão de crédito, de 257,1% para 340,8%, segundo levantamento da Associação Nacional de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac). Nesse período, a Selic foi de 2% para 7,75% ao ano (em dezembro subiu mais um pouco e alcançou 9,25%).

Esse aumento forte é visto também em outras linhas, como empréstimo pessoal de bancos e financeiras e o crédito direto ao consumidor. Na média, as taxas nos financiamentos cobradas dos brasileiros subiram neste ano, até novembro, 15,81 pontos percentuais, segundo a pesquisa da Anefac, que coletou as taxas junto às principais instituições financeiras, enquanto no mesmo período os juros básicos avançaram 5,75 pontos percentuais.

"Os bancos repassaram mais do que a alta da Selic para a taxa ao consumidor por conta da piora do cenário econômico, da expectativa de um risco maior de crédito", diz Miguel Ribeiro de Oliveira, diretor executivo da Anefac.

Segundo ele, a perspectiva de piora da inadimplência ocorre não só por causa da **inflação**, que corrói a renda dos cidadãos, mas também pelo desemprego em patamares elevados. Além disso, há mais uma alta dos juros de 1,5 ponto percentual já sinalizada pelo BC para fevereiro e a expectativa de retração da economia para o ano que vem. Isso sem falar de uma eventual onda da co-vid-19 por causa da nova variante do vírus.

Neste mês, depois de o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC ter aumentado a Selic em 1,5 ponto percentual, a Lojas Cem, por exemplo, rede de eletrodomésticos e móveis com quase 300 unidades no Sudeste do País, subiu 0,5 ponto percentual os juros do crediário bancado com recursos próprios.

A varejista diz ter aumentado o custo dos financiamentos ao consumidor porque a inadimplência dos clientes está um ponto percentual acima da média.

"Os bancos repassaram mais do que a alta da Selic para a taxa ao consumidor por conta da piora do cenário Miguel Ribeiro de Oliveira diretor executivo da Anefac

**Site:**

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>



# Moeda norte-americana fica estável frente ao real em sessão de baixa liquidez

O dólar fechou praticamente estável contra o real ontem, em sessão sem grandes catalisadores e de baixa liquidez devido à aproximação do final do ano, com a disseminação global da Covid-19 e a saúde fiscal do Brasil no radar de investidores.

A moeda norte-americana à vista teve variação negativa de 0,01%, a R\$ 5,6390 na venda, depois de mudar de sinal várias vezes durante as negociações, indo de R\$ 5,6210 na mínima (-0,32% ) para R\$ 5,6629 na máxima do dia (+0,41%).

Na B3, às 17:20 (de Brasília), o contrato de dólar futuro de primeiro vencimento caía 0,03%, a R\$ 5,6310.

O destaque da sessão, segundo participantes do mercado, foi o baixo volume de negócios devido à aproximação do final do ano, o que explicaria o vaivém da moeda visto mais cedo.

"Importante ratificar que estamos em uma semana de baixíssima liquidez nos mercados financeiros, por ser a última do ano, e acaba sendo difícil termos alguma 'tração' ou movimento que de fato nos traga para algum novo patamar", disse à Reuters Fernando Bergallo, diretor de operações da assessoria de câmbio FB Capital.

"Devemos encerrar o ano assim, a despeito dos dois pregões que ainda temos na semana." Ele afirmou que a movimentação no mercado de câmbio local está em linha com o comportamento internacional do dólar, cujo índice frente a uma cesta de rivais fortes tinha leve alta nesta tarde, depois de passar boa parte do dia perto da estabilidade.

No exterior, o clima era de menor preocupação com a variante Ômicron do coronavírus e suas consequências econômicas, o que deu algum suporte a ativos mais arriscados, como as ações europeias e algumas moedas latino-americanas, como sol peruano e peso chileno. O peso mexicano, importante par do real, tinha estabilidade no fim da tarde de ontem.

"A pandemia está sendo lida como mais uma 'onda' pontual", comentou em blog Dan Kawa, CEO da TAG Investimentos, sobre o ambiente benigno para ativos considerados arriscados, citando "cenário de curto prazo mais construtivo, mas com riscos ainda

elevados e crescentes de longo prazo".

Entre os pontos de cautela, ele apontou a **inflação** global e a redução dos estímulos de grandes bancos centrais.

No Brasil, receitas fiscais seguiam sob os holofotes, com agentes locais monitorando a situação dos auditores da **Receita Federal** que entregaram seus cargos em ato contra cortes orçamentários.

"A pressão por reajustes salariais e mais gastos públicos segue intensa, mantendo um pano de fundo de incerteza e fragilidade", disse Kawa.

Temores sobre despesas adicionais no próximo ano vêm depois de o governo ter conseguido, por meio da PEC dos Precatórios, alterar a regra do teto de gastos para abrir o espaço fiscal necessário para financiar auxílio à população no valor de R\$ 400 por família.

Isso gerou entre parte dos mercados a percepção de que as regras fiscais do Brasil poderiam estar sujeitas a mais alterações no futuro de forma a comportar mais gastos, o que minaria a confiança de investidores estrangeiros no País.

Para Bergallo, da FB Capital, esse tipo de receio "deve continuar na entrada de 2022".

Com o desempenho de ontem, o dólar acumula agora alta de 8,62% contra o real em 2021, faltando apenas dois pregões para o fim do ano.

Bolsa - O principal índice da bolsa brasileira recuou ontem, em meio a um cenário externo misto e sob influência da queda das ações de Vale, na esteira da desvalorização do minério de ferro. A sessão foi novamente de baixa liquidez.

A mineradora foi a principal contribuição negativa para o índice, enquanto a JBS ficou na ponta oposta.

De acordo com dados preliminares, o Ibovespa caiu 0,71%, para 104.802,61 pontos. O volume financeiro foi de R\$ 14,7 bilhões - nos primeiros pregões do mês, o montante girava entre R\$ 27 bilhões e R\$ 33 bilhões.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-29-12-2021/>